

Capítulo da Comunicação agrada a todos, apesar das polêmicas

25
MAI 1988

por Ascônio Seleme
de Brasília

Até o último minuto anterior à votação, o acordo que aprovou o Capítulo da Comunicação na futura Constituição foi discutido e modificado. Instantes antes de o presidente Ulysses Guimarães iniciar o processo de votação, uma palavra era introduzida no novo texto. Graças a um "lobby" feito corpo a corpo pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), o jornalismo era assegurado na regionalização da produção nas emissoras de rádio e televisão do País.

Todo o processo de entendimento em torno do capítulo foi repleto de avanços e recuos. A sessão teve de ser interrompida logo após a aprovação do capítulo relativo à ciência e tecnologia porque os debates entre esquerda e "Centro" retardara a apresentação da fusão que deveria ser apreciada pelo plenário. No final da tarde, após a aprovação do capítulo polêmico, todos os envolvidos na questão, desde o "Centro" até a esquerda da Constituinte, da Fenaj até a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), diziam-se satisfeitos com o resultado, e pouco ou nada tinham a acrescentar.

O presidente da Fenaj, Armando Rollemberg, que atuava dentro do plenário em favor dos interesses de

sua categoria, apontou o texto que estabelece a liberdade de informação jornalística em todos os meios de comunicação como o avanço introduzido no capítulo. Ironicamente, o vice-presidente da ABERT, Fernando Ernesto Correia, que acompanhou a votação do gabinete do deputado Mendes Ribeiro (PMDB-RS), disse que esse foi o texto que melhor assegurou a liberdade de imprensa em toda a história brasileira.

Segundo Ernesto Correia, "não foi introduzido nenhum artigo contra a radiodifusão em todo o capítulo". Para Rollemberg, o ponto que estabelece a regionalização da produção jornalística "foi outra grande conquista de mercado, além de auxiliar a categoria no combate aos oligopólios da comunicação pela via intestinal". Se o texto foi aplaudido por duas entidades tão distintas, a sua aprovação em plenário também não causou muitas surpresas.

O deputado Antônio Brito, um dos negociadores da esquerda do PMDB, considerou o acordo como "o melhor documento que poderia ter sido aprovado". Brito acha que a criação do Conselho Nacional de Comunicação, que será regulamentado posteriormente via lei ordinária, foi um dos pontos mais importantes do projeto.